

RELATÓRIO DE GESTÃO 2020





Índice

Órgãos Sociais.....	3
Alterações nos Órgãos Sociais	4
Introdução	5
Caraterização da Concessão	9
Atividade empresarial.....	9
Tráfego	9
Sinistralidade.....	11
Áreas de Serviço.....	12
Investimento	13
Conservação e manutenção.....	13
Ambiente.....	14
Recursos Humanos.....	15
Negociação Coletiva	15
Desempenho	16
Formação.....	16
Saúde e Segurança no Trabalho.....	16
Responsabilidade Social Interna	17
Sistemas de Informação.....	17
Atividades APCAP	19
Sistema Gestão da Qualidade	19
Análise Económico Financeira	19
Proveitos Operacionais	19
Custos Operacionais.....	21
Resultados.....	21
Ativo	22
Capital Próprio e Passivo.....	23
Gestão de Risco	24
Informações Legais	24
Proposta de Aplicação de Resultados	24
Perspetivas para 2021	25
Demonstrações Financeiras 2020	27
Anexo às Demonstrações Financeiras	32



Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Manuel Rebelo Teixeira de Melo Ramos - *Presidente*
Manuel Eduardo Henriques de Andrade Lamego – *Vogal**
Manuel de Sousa Pereira - *Vogal**
João Adolfo de Brito Portela - *Vogal*
José António Labarra Blanco - *Vogal*
José María Ojeda Ruiz de Luna - *Vogal*
Manuel António Garcia de Matos - *Vogal*
Maria Esther Ayuso Gil - *Vogal*

* Administrador Delegado

Mesa da Assembleia-Geral

Alexandre Cabral Corte-Real de Albuquerque - Presidente da Mesa da Assembleia-Geral
Tiago Severim de Melo Alves dos Santos - Secretário da Mesa

Conselho Fiscal

Joaquim Oliveira de Jesus – presidente
Fernando Marques Oliveira – vogal
Pedro Miguel Pereira Manso – vogal
João António Martins de Sousa e Moura – suplente
Pedro Manuel Palma Monteiro Varela – suplente

Auditor Externo

Deloitte & Associados, SROC S.A.,
Representada por Luís Miguel Baptista da Costa, Roc Nº 1602
Suplente
João Carlos Henriques Gomes Ferreira, Roc nº 1129



Alterações nos Órgãos Sociais

A 28 de maio de 2020, o Conselho de Administração deliberou cooptar o vogal José Maria Ojeda Ruiz de Luna, para substituir a vaga resultante da renúncia apresentada pela vogal Maria Esther Ayuso Gil.

Por deliberação unânime por escrito, a 11 de novembro de 2020, os acionistas deliberaram nomear vogal do Conselho de Administração Maria Esther Ayuso Gil, para o preenchimento da vaga resultante da renúncia apresentada pelo vogal Jose Ramon Ballesteros Martinez. Da mesma forma e na mesma data, os acionistas deliberaram nomear, para o preenchimento da vaga resultante da renúncia apresentada pelo vogal Luís Rua Geraldes, Manuel Rebelo Teixeira de Melo Ramos, que foi ainda designado Presidente do Conselho de Administração, em substituição de Manuel Eduardo Henriques de Andrade Lamego, que passou a vogal do conselho.

Igualmente, foi ratificada a cooptação do vogal José Maria Ojeda Ruiz de Luna anteriormente efetuada em Conselho de Administração de 28 de maio.



Introdução

A pandemia de COVID-19 foi, a todos os níveis, o acontecimento dominante da atividade da AEA – Auto-Estradas do Atlântico, em 2020, com uma repercussão negativa nunca vivenciada na Empresa.

As medidas tomadas, ao nível dos trabalhadores, da organização das operações ou do controlo de custos, permitiram que a AEA cumprisse integralmente as suas obrigações contratuais, financeiras e perante os seus fornecedores. Especial atenção tem vindo a ser dada à saúde e proteção dos trabalhadores.

Neste enquadramento, os resultados foram naturalmente afetados, com a AEA, atuando de imediato na adequação da sua operação a esta nova realidade, a mostrar uma grande resiliência num ambiente particularmente difícil.

Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2020 ficou marcado pela pandemia causada pela COVID-19 e pelas medidas adotadas para a combater. Os governos da grande maioria dos países impuseram confinamentos mais ou menos rigorosos, restrições à liberdade de circulação de pessoas e ao livre exercício de atividades económicas, o que obrigou a que muitos negócios operassem com capacidade reduzida ou até mesmo encerrassem.

O impacto na atividade económica e na economia global foi muito significativo.

Em Portugal, o Governo decretou a 18 de março o ‘Estado de Emergência’, limitando fortemente a mobilidade das pessoas através de um confinamento global de toda a população, o qual se prolongou até ao início de maio, o qual voltou a ser imposto a 4 de novembro, mantendo-se até ao momento. Durante estes períodos, bem como no resto do ano, a mobilidade das pessoas manteve-se condicionada pela pandemia e pelas medidas

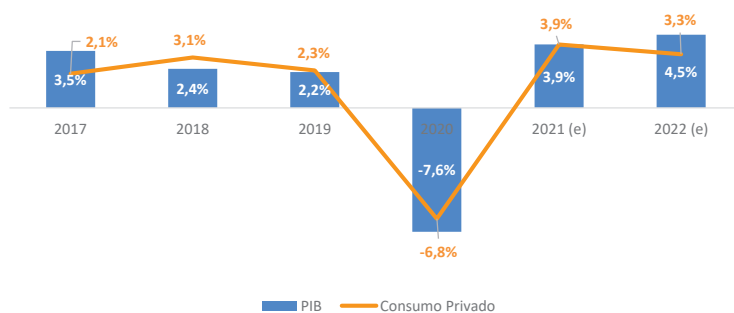


anunciadas, como o teletrabalho obrigatório, a proibição de circulação entre concelhos em alguns períodos ou recolhimento obrigatório, entre outras.

Neste enquadramento, os indicadores macroeconómicos com maior influência na atividade da AEA tiveram uma contração significativa, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) registado uma queda de 7,6% em 2020 (o que compara com um crescimento de 2,5% em 2019), o Consumo Privado diminuído 5,9% em 2020 (o que compara com um crescimento de 2,6% em 2019) e o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHCP) apresentado uma variação nula (o que compara com uma taxa de 0,3% registada em 2019). A procura interna teve um expressivo contributo negativo para a variação anual do PIB (-4,7%), devido, sobretudo, à contração do consumo privado. O contributo da procura externa líquida foi igualmente negativo (-3,0%), verificando-se reduções intensas das exportações e importações de bens e de serviços, com destaque particular para a diminuição sem precedente do turismo.

Para 2021 é esperada uma recuperação da atividade económica ao longo do ano. De acordo com o último Boletim Económico divulgado, o Banco de Portugal estima que o PIB português cresça 3,9% em 2021 e 4,5% em 2022. O Consumo Privado deverá apresentar um crescimento de 3,9% em 2021 e de 3,3% em 2022. Já o IHCP deverá retornar à taxa de 0,3% em 2021 e atingir 0,9% em 2022.

Evolução do PIB e Consumo Privado em Portugal (2017-2022e)



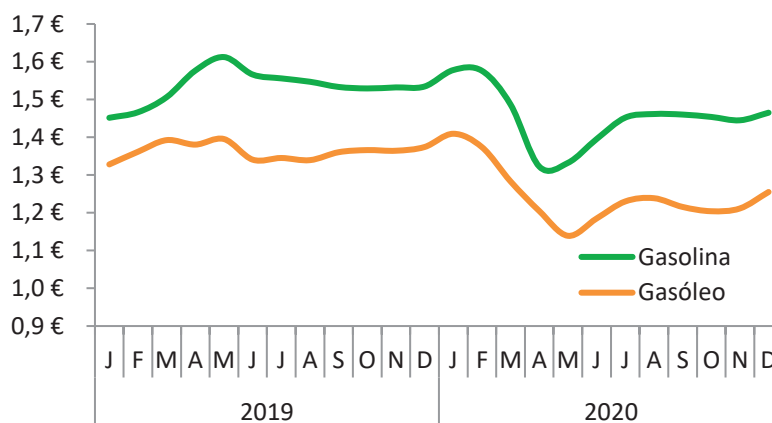
Fonte: Banco de Portugal



COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS

Em 2020, o preço médio anual de venda ao público do gasóleo em Portugal diminuiu 8,6% face ao ano anterior. O preço da gasolina também registou uma queda, embora ligeiramente inferior (-5,4%).

Evolução mensal do preço de venda ao público dos combustíveis rodoviários em Portugal



Preço médio anual de venda ao público dos combustíveis rodoviários, Portugal, 2019-2020

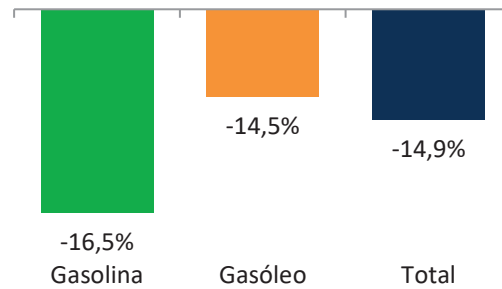
	2019	2020	Variação
Gasolina	1,53 €	1,45 €	-5,4%
Gasóleo	1,36 €	1,25 €	-8,6%

Fonte: DGEG, Direção Geral de Energia e Geologia

No contexto macroeconómico descrito, o volume de vendas de combustíveis registou uma diminuição de 14,9%, com uma contração mais acentuada nas vendas de gasolina (-16,5%).



Venda de Combustíveis Rodoviários, Portugal, 2019-2020

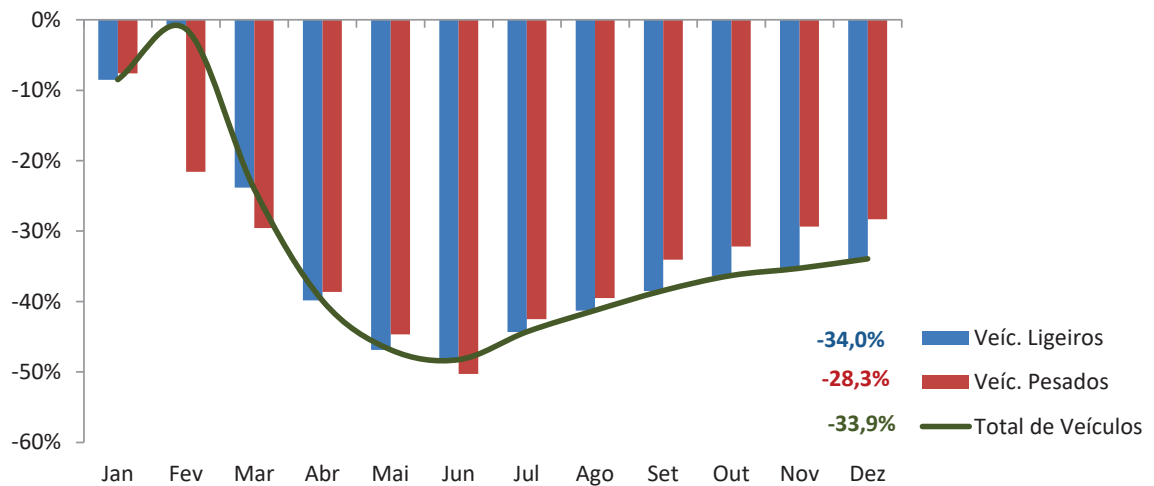


Fonte: DGEG, Direção Geral de Energia e Geologia

MERCADO AUTOMÓVEL

Em 2020 foram vendidos aproximadamente 177 mil veículos em Portugal, o que corresponde a uma quebra de 33,9% face a 2019.

Evolução mensal acumulada das vendas de veículos novos, Portugal, 2019-2020





Caraterização da Concessão

A Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A. (AEA) tem como objeto social a conceção, construção, financiamento, exploração e conservação de autoestradas e outras redes viárias, na zona Oeste de Portugal, compreendendo a A8 – Auto-estrada do Oeste entre Olival de Basto (Lisboa) e Leiria Sul e a A15 – Auto-estrada Arnóia – Santarém, num total de 170 km.

A rede encontra-se totalmente construída e em operação, terminando a sua concessão em dezembro de 2028.

	Extensão (em kms)				
	Total	perfil		portagem	
		2x2	2x3	com	sem
A8 – Lisboa - Leiria	129,8	73,7	56,1	103,8	26,0
A15 – Arnóia – Santarém	40,2	40,2		40,2	
Extensão da rede	170,0	113,9	56,1	144,0	26,0

Atividade empresarial

Tráfego

Com o fim do ciclo de redução de tráfego entre 2010 e 2013, iniciou-se um período de crescimento ininterrupto durante seis anos, e que tinha permitido que em 2018 se tivessem alcançado os níveis de tráfego atingidos em 2009, onde 2019 ainda foi um ano de consolidação desse mesmo crescimento.

O ano de 2020 também começou com uma tendência positiva, tendo sido registados crescimentos do tráfego nos meses de janeiro e fevereiro em relação aos meses homólogos



de 2019. No entanto, com o início da pandemia em Portugal, esta tendência sofreu uma forte inversão a partir do mês de março, acabando por se registar uma violenta quebra de tráfego no exercício de 2020.

O tráfego médio diário anual (TMDA) na rede com portagem diminuiu - 23,8%, face a 2019. Tendo sido 2020 um ano bissexto, a circulação na rede teve uma quebra marginalmente menor, em virtude do dia adicional.

Lanços com portagem	2018	2019	2020	Δ % 2020/2019
A8 (Sul)				
- Tráfego Médio Diário Anual	29 637	30 981	23 554	-23,97%
- Circulação	590	617	470	-23,76%
A8 (Norte)				
- Tráfego Médio Diário Anual	12 013	12 772	9 454	-25,98%
- Circulação	216	230	170	-25,90%
A8 (Total)				
- Tráfego Médio Diário Anual	21 275	22 342	16 864	-24,52%
- Circulação	806	847	641	-24,34%
A15				
- Tráfego Médio Diário Anual	4 797	4 991	4 221	-15,43%
- Circulação	70	73	62	-14,87%
Total da Rede pagante				
- Tráfego Médio Diário Anual	16 674	17 496	13 333	-23,79%
- Circulação	877	920	703	-23,59%

TMDA – tráfego médio diário anual

Circulação - $(\Sigma \text{Veículos} \times \text{quilómetros} \times \text{dias de operação}) / 10^6$

O subsistema com maior variação continuou a ser a A8 (norte) com resultados negativos de -26,0%. Por autoestrada, a A8 diminuiu 24,5%, tendo a A15 apresentado uma quebra de 15,4%.

O TMDA na rede com portagem foi de 13 333 veículos em 2020, verificando-se uma utilização média diária inferior em 4 163 veículos, comparativamente a 2019.



Os ligeiros, que representam 94,8% do total de veículos, diminuíram 24,7%. Os veículos pesados, que pesam 5,2%, registaram, fruto da manutenção da atividade económica mais crítica, uma quebra muito menos acentuada (-3,5%). Esta evolução levou a que os pesados tenham aumentado marginalmente o seu peso em 1,1 pontos percentuais.

Sinistralidade

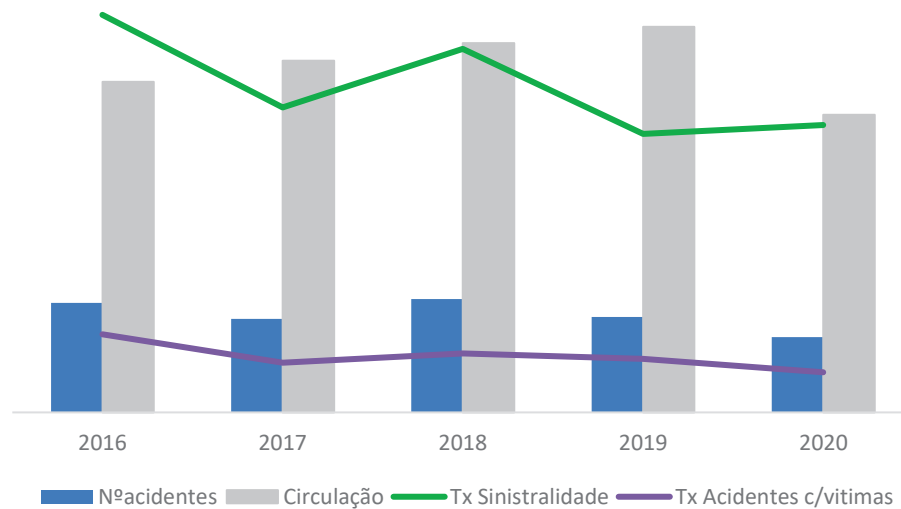
Os indicadores de sinistralidade tiveram um comportamento globalmente positivo durante 2020, mantendo-se a tendência a que se tinha assistido em 2019 para a maioria dos indicadores.

No entanto, e não obstante a redução absoluta do número de acidentes, a forte redução da circulação total registada na rede, motivada pelos efeitos da pandemia de COVID 19 e pelas medidas tomadas, traduziu-se num ligeiro aumento (+2,5%) da taxa de sinistralidade.

A AEA dedica uma atenção e esforços em permanência à temática da sinistralidade e viu esses esforços compensados com um decréscimo de 20% no número de acidentes em 2020 (249) face a 2019 (315), facto que, naturalmente, também deve ser atribuído ao comportamento dos condutores.

Em 2020 há, infelizmente, a registar a ocorrência de uma vítima mortal.

	2017	2018	2019	2020
Número Acidentes ⁽¹⁾	309	375	315	249
Número de mortos	1	2	0	1
Número de feridos graves	13	9	12	8
Acidentes com feridos ligeiros	86	104	103	68
Acidentes com feridos graves	12	6	9	8
Acidentes com mortos	1	2	0	1
Total de acidentes com vitimas ⁽²⁾	99	112	112	77
Taxa de Sinistralidade ^{(1)/(3)}	265,9	307,4	247,2	253,4
Taxa de Acidentes com vítimas ^{(2)/(3)}	85,2	91,8	87,9	78,4
Circulação rede total (10⁹veic x km) ⁽³⁾	1,162	1,220	1,274	0,983



A taxa de acidentes com danos corporais em 2020 seguiu em linha com a tendência decrescente registada em 2019, tendo tido uma diminuição de 10,8%.

Em 2020 não foi registado nenhum ponto negro na rede.

Áreas de Serviço

Em 2020, deu-se início aos processos de reversão para as áreas de serviço de Torres Vedras (GALP) e de Óbidos (CEPSA), cujos contratos terminam em 31 de dezembro de 2021.



Investimento

(em euros)

	2 016	2 017	2 018	2 019	2020
Equipamento de Sinalização e Segurança	148 773	352 315	219 017	63 838	205 363
Equipamento de Portagem	287 231	371 481	178 425	180 854	194 120
Outro equipamento	231 819	99 093	85 814	509 170	407 939
<i>Equipamento</i>	<i>667 823</i>	<i>822 890</i>	<i>483 257</i>	<i>753 863</i>	<i>807 421</i>
Obras de Arte e equiparadas					26 720
Trabalhos em curso - Estudos e projetos				14 670	113 964
Pavimentos (*)	684 347	4 970 141	3 480 182	2 134 177	446 778
Total	1 352 171	5 793 032	3 963 439	2 902 709	1 394 883

(*) em termos contabilísticos são considerados custos correntes, através da rubrica Provisões (IFRIC12)

As condições que se vêm verificando desde março de 2020, conduziram a um abrandamento do investimento, sem nunca se colocar em risco a segurança da e na infraestrutura ou as intervenções prioritárias, dentro das obrigações contratuais.

A AEA continuou a renovar os seus equipamentos de apoio ao sistema de cobrança de portagem e equipamentos de segurança da infraestrutura tecnológica, onde se releva o Projeto de Cibersegurança, o qual se desenrola como o previsto.

Os equipamentos de sinalização e segurança continuaram a merecer permanente e continuada intervenção.

Iniciou-se a reformulação da rede de iluminação pública, onde não só existe uma forte componente de sustentabilidade e ambiental, mas igualmente de otimização operacional e económica da gestão da rede.

Foram ainda realizados trabalhos beneficiação do pavimento em algumas zonas do Lanço CRIL/Loures, na A8, e o reforço estrutural do pavimento em zonas pontuais da A15.

Conservação e manutenção

Como previsto, realizou-se a campanha anual de auscultação dos pavimentos (deflexões, atrito, textura e irregularidade longitudinal) em toda a extensão da rede concessionada,



incluindo nós de ligação à rede viária, assim como se assegurou a monitorização e acompanhamento, com recurso a equipamentos apropriados, dos taludes da autoestrada.

Das inspeções realizadas a obras de arte da A8 Sul foram identificados e executados alguns trabalhos de manutenção.

As atividades correntes de conservação de pavimentos e de sinalização horizontal foram executadas, tendo ainda sido realizados trabalhos de conservação e manutenção não corrente, onde se salienta o reforço dos pórticos de sinalização vertical e a reabilitação de 8 passagens hidráulicas.

Ambiente

Foi aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente o Plano de Ação de Ruído, da A8, após ter sido submetido a consulta pública.



Recursos Humanos

No final de 2020, o quadro de pessoal da AEA era constituído por 152 colaboradores, menos 2 que no final de 2019, resultando de uma rescisão e de um acordo de revogação do contrato de trabalho.

	2018	2019	2020
Sede	38	36	36
Centro Operacional	31	31	31
Portagens	91	87	85
Homens	112	108	106
Mulheres	48	46	46
Efetivo	160	154	152
Média Etária	46,4	47,2	48,2
Tx Absentismo	4,8%	5,0%	4,8%

A taxa de absentismo geral manteve-se relativamente estável, registando uma ligeira redução. A taxa de absentismo remunerado subiu de forma significativa (de 0,46% para 0,68%), como consequência de ausências relacionadas com a Covid19 que, de acordo com a legislação aprovada, as empresas tiveram de considerar como justificadas com retribuição.

Negociação Coletiva

Num contexto extremamente complexo, e após um processo de negociação bastante difícil, foi possível chegar a acordo para a revisão anual do Acordo Coletivo de Trabalho (subscrito por AEA e pelo Sindicato da Construção, Obras Públicas e Serviços – SETACCOP).



Desempenho

No âmbito do processo anual de avaliação do desempenho, foram avaliados 137 colaboradores e progrediram na carreira, em resultado deste processo, 20 colaboradores.

Formação

A Covid19 veio obrigar à suspensão e adiamento de toda a formação presencial, tendo tido, também nesta área, um impacto negativo muito significativo. Ainda assim, em 2020 concretizaram-se 1 367 horas de formação, o que representou, entre custos diretos e indiretos, um montante de 19 000 euros.

Saúde e Segurança no Trabalho

A pandemia derivada da Covid19 implicou um reforço assinalável do investimento nesta área. A definição de planos de contingência e de novos protocolos de operação levou à aquisição massiva de equipamentos de proteção individual e de outros materiais, de forma a garantir todas as condições de segurança aos colaboradores.

Celebrou-se um protocolo de colaboração com um laboratório de análises clínicas, que assegurou a realização de mais de 40 testes de diagnóstico PCR, tendo-se registado, durante 2020, apenas 2 casos de colaboradores com resultados positivos para a covid19.

Na componente saúde ocupacional, realizaram-se 147 consultas de medicina no trabalho, 133 pacotes de análises clínicas e forneceram-se 100 vacinas contra a gripe. A medicina curativa presencial foi cancelada em março de 2020, na sequência da pandemia covid19, tendo-se mantido a possibilidade de prescrição de receitas médicas de forma remota. Ainda assim, registaram-se 23 consultas clínica geral presenciais.

Procedeu-se, através de auditorias externas, à avaliação dos riscos profissionais em todas as instalações da empresa.



Responsabilidade Social Interna

A responsabilidade social de AEA para com os seus colaboradores e famílias assenta, no essencial, em duas vertentes:

- saúde, consubstanciada em políticas de saúde no trabalho, que vão muito além do definido legalmente (por ex.: vacinação contra a gripe, medicina curativa, análises médicas, exames auxiliares de diagnóstico), e no pagamento de um seguro de saúde a todos os colaboradores;
- família, garantindo a todos os colaboradores um seguro de vida, um seguro de acidentes pessoais e pagando AEA um seguro de saúde a todos os 2^{os} filhos e seguintes
- em 2020, e para além das medidas de prevenção implantadas no ambiente de trabalho, privilegiou-se, sempre que possível o teletrabalho, bem como se estendeu aos familiares a possibilidade de realização de testes de diagnóstico do vírus sars-cov2.

Embora não se tenha podido concretizar a habitual festa de Natal destinada aos filhos dos colaboradores, manteve-se a oferta de um presente a todos as crianças com menos de treze anos.

Sistemas de Informação

O ano de 2020, marcado pela pandemia, colocou desafios à Direção de Sistemas de Informação nomeadamente pela necessidade que a empresa teve em adotar o regime de teletrabalho. Foram realizadas várias atividades com o objetivo de assegurar a continuidade das operações, a segurança da nossa infraestrutura e o apoio a todos os colaboradores.



Redes e Sistemas

O projeto de Cibersegurança prosseguiu destacando-se a conclusão do desenho técnico da solução, a instalação e configuração dos novos equipamentos de rede nas portagens e a preparação da fase piloto. Na área de segurança, foi implementada uma nova solução de *Firewall*. Esta evolução tecnológica em termos de hardware e software permitiu aumentar significativamente o nível de segurança da nossa infraestrutura.

Em 2020, foi ainda efetuada a migração das comunicações fixas e móveis para um novo operador que incluiu a substituição da central telefónica analógica por uma solução VoIP suportada num serviço *Cloud*.

Aplicações e Base de Dados

A componente aplicacional e de base de dados mereceu atenção, instalando-se novas *releases* e disponibilizando-se novas funcionalidades, não só no âmbito da telemática ou cobrança de portagem, mas igualmente em diversos sistemas de apoio ao negócio e à gestão.

Telemática e Equipamentos de Portagem

Na área de telemática e portagens, prosseguiu o programa de renovação de equipamentos críticos para o sistema de cobrança (Servidores, Antenas, UPS, Baterias) tendo sido adiado investimentos na área de telemática como consequência da pandemia. O projeto de migração do sistema de pagamento com cartões bancários de um sistema *off-line* para um sistema *on-line*, com possibilidade de pagamento por *contactless*, teve continuidade em 2020 tendo entrado no fim do ano em fase de certificação na SIBS.



Atividades APCAP

Participando ativamente na Associação Portuguesa de Concessionárias de Autoestradas e Pontes (APCAP), acompanhou os Programas Europeus MedTIS, ArcAtlantic e C-Roads, bem como os de cobrança de portagens transfronteiriços.

A AEA continuou a assegurar a sua representação nos diversos comités técnicos da Associação.

Sistema Gestão da Qualidade

A AEA garantiu a continuação da sua certificação no âmbito do Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ), tendo sido realizadas as normais auditorias internas desse sistema de qualidade.

Análise Económico Financeira

Proveitos Operacionais

As tarifas de portagem não foram atualizadas no dia 1 de janeiro de 2020, de acordo com o contrato de concessão, por se ter verificado uma variação negativa da inflação.

O decréscimo do tráfego conduziu a que os proveitos de portagem decrescessem 22,1% quando comparados com os valores do ano anterior.



(em milhares de euros)

Receitas operacionais	2018	2019	2020	Δ% 2020-2019
Portagens	70.119,11	74.133,26	57.737,04	-22,1%
Assistência a clientes	8,38	7,70	5,46	-29,0%
Áreas de serviço	1.372,59	2.373,36	2.319,98	-2,2%
Total	71.500,08	76.514,32	60.062,49	-21,5%

A faturação das áreas de serviço decresceu 29%, quando comparada com 2019, o que resulta essencialmente da redução do consumo, na medida da diminuição do tráfego e das restrições impostas pelo governo como resposta à pandemia.

A Via Verde, com 80,5%, continuou a ser o meio de pagamento mais utilizado pelos clientes, seguido do multibanco (10,8%). O pagamento em numerário foi o terceiro meio mais utilizado (8,6%).

A utilização de meios de pagamento automáticos (Via Verde) voltou a crescer, de 78,4% em 2019 para 80,2% em 2020 (76,7%, 74,8% e 73,1% em 2018, 2017 e 2016, respetivamente).

Os métodos de pagamento na via manual continuam a baixar a sua relevância, atingindo em 2020 19,5%. (21,6 em 2019, 23,3%, em 2018, 26,9% em 2017 e 25,2% em 2016).

(em milhares de euros)

Meios de pagamento	Valor	%
Via Verde	46.491,10	80,5%
- Contratos	46.324,18	80,2%
- Faturas	166,93	0,3%
Via Manual	11.245,94	19,5%
- Numerário	4.953,93	8,6%
- Multibanco	6.210,90	10,8%
- Faturas	67,32	0,1%
- Outros	13,78	0,0%
Total	57.737,04	100,00%



Custos Operacionais

Os custos operacionais atingiram 15 918 milhares de euros, registando uma diminuição de 14,4%. Esta redução decorreu, principalmente, nos subcontratos (-13,78%) e nos Fornecimentos e Serviços Externos (-25,49%). Nos subcontratos, houve uma baixa nos custos com transações pela diminuição de tráfego registada. Nos Fornecimentos e Serviços Externos, depois do aumento nas verbas de conservação e manutenção, nomeadamente em taludes, drenagens e obras de arte em 2019, em 2020 houve uma pausa no processo de reforço deste tipo de investimento.

Resultados

Com a baixa de proveitos superior à dos custos, a margem operacional bruta (EBITDA) deteriorou-se em 2,5%.

Cumulativamente à diminuição da margem operacional, a Empresa teve custos financeiros superiores a 2019, consequência do aumento do *spread* dos suprimentos. Em sentido contrário, verificou-se a redução das Provisões para Obras (decorrentes da aplicação da IFRIC12) e a redução de Imposto sobre o Rendimento.

A AEA apresentou, no final do exercício, um resultado líquido positivo de 12 006 mil euros sendo que a obtenção de resultados positivos permitiu o reforço dos Capitais Próprios da empresa.



(em milhares de euros)

Indicadores	2018	2019	2020	Variação	
				2020-2019	%
Proveitos operacionais	72.725	78.080	61.835	-16.245	-20,81%
Proveitos de portagem	70.119	74.133	57.737	-16.396	-22,12%
Outros proveitos operacionais	2.606	3.947	4.098	151	3,82%
Custos operacionais	18.023	18.596	15.918	-2.678	-14,40%
Subcontratos	5.911	5.497	4.739	-758	-13,78%
Outros fornecimentos e serviços externos	6.530	7.385	5.502	-1.883	-25,49%
Gastos com o pessoal	5.380	5.518	5.502	-16	-0,29%
Outros custos operacionais	202	196	173	-22	-11,29%
"Cash flow" operacional (EBITDA)	54.702	59.484	45.917	-13.567	-22,81%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>75,20%</i>	<i>76,18%</i>	<i>74,26%</i>	<i>-1,93%</i>	<i>-2,53%</i>
Depreciações e amortizações	21.355	21.255	21.151	-104	-0,49%
Perdas por imparidade (valor líquido)	64	81	101	20	24,48%
IFRIC 12 (grandes reparações; valor líquido)	4.541	5.799	1.677	-4.122	-71,09%
Resultado de exploração (EBIT)	28.742	32.349	22.988	-9.361	-28,94%
<i>Margem EBIT (%)</i>	<i>39,50%</i>	<i>41,43%</i>	<i>37,18%</i>	<i>-4,25%</i>	<i>-10,27%</i>
Resultado financeiros	-6.788	-5.426	-6.416	-990	18,25%
Resultado antes de impostos	21.954	26.923	16.572	-10.351	-38,45%
Impostos do exercício	-5.875	-7.143	-4.567	2.577	-36,07%
Resultado líquido	16.079	19.780	12.006	-7.774	-39,30%

Ativo

O Ativo Líquido reduziu-se em cerca de 19,7 milhões de euros, com especial enfoque nas amortizações e reintegrações do exercício (21,2 milhões de euros).

A empresa apresentava, em 31 de dezembro de 2020, um saldo em Caixa e Depósitos Bancários de 4,2 milhões de euros.



(em milhares de euros)

Balanço	2019	Movimento	2020
Ativo intangível	176 249	-19 632	156 617
Outro ativos não correntes	13 495	-430	13 064
Caixa e depósitos bancários	3 477	740	4 217
Outro ativos correntes	5 418	-470	5 531
Total do Ativo	198 639	-19 792	179 429
Divida remunerada	133 548	-27 473	106 075
Outro passivo não corrente	25 319	1 076	26 395
Outro passivo corrente	12 598	-5 401	7 780
Total do Passivo	171 465	-31 798	140 250
Capital Social	55 000	0	55 000
Resultados transitados e reservas	-47 605	19 780	-27 826
Resultados líquido	19 780	-7 774	12 005
Total do Capital Próprio	27 174	12 006	39 179

Capital Próprio e Passivo

Desde janeiro de 2020, o capital próprio da empresa é superior a metade do capital social, deixando de ser aplicáveis as disposições previstas nos Artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais.

A rubrica de Financiamentos Obtidos (Divida Remunerada), repartidos em Balanço entre correntes e não correntes, apresentava a seguinte composição:

(em milhares de euros)

Dívida remunerada	2019	Movimento	2020
Empréstimo BEI	34 431	-17 073	17 358
Total da dívida bancária	34 431	-17 073	17 358
Suprimentos: Capital	90 404	-5 837	84 567
Suprimentos: Juros			
Juros até 2020	8 713	-8 713	0
Juros de 2020	0	4 150	4 150
Total de suprimentos	99 117	-10 400	88 717
Total	133 548	-27 473	106 075



De salientar a amortização anual prevista do empréstimo BEI (17,1 milhões de euros), a amortização de aproximadamente 5,8 milhões de euros de suprimentos e de 4,6 milhões de euros de juros de suprimentos, o que resulta numa redução da Dívida Total da Empresa em aproximadamente 27,5 milhões de euros.

Gestão de Risco

A AEA, à semelhança da generalidade das empresas, encontra-se exposta a um conjunto de riscos que resultam da sua atividade.

As políticas de gestão de risco são aprovadas pelo Conselho de Administração, não se tendo materializado nenhum desses riscos, durante o ano de 2020.

Informações Legais

De acordo com as disposições legais em vigor informa-se que:

- Não existem quaisquer dívidas em mora de impostos, nem de contribuições para a Segurança Social;
- A Sociedade não movimentou, nem detinha quaisquer ações próprias no final do exercício.
- Não se verificaram negócios entre a Sociedade e os seus administradores.

Proposta de Aplicação de Resultados

O exercício de 2020 encerrou-se com um resultado líquido de 12 005 519,92 euros, propondo o Conselho de Administração que o mesmo seja levado à conta de Resultados Transitados.



Perspetivas para 2021

A esperança que a pandemia da COVID19 se tivesse confinado a 2020 não se concretizou, estando inclusivamente a assumir grandes proporções no início de 2021, com as repercussões negativas que se verificaram em 2020.

Mesmo tendo presente as medidas adotadas e os expetáveis efeitos positivos do plano de vacinação, a COVID-19 continuará a ter uma repercussão significativa na circulação de bens e pessoas, com o irremediável impacte no tráfego, numa medida e extensão que, presentemente, não são ainda quantificáveis

Tal como em 2020, e fruto das medidas internas adotadas, a AEA manterá a operacionalidade, disponibilidade, qualidade e segurança da sua rede, naturalmente impactada pela evolução futura da doença e do enquadramento socioeconómico.

A AEA irá manter sob estreito e permanente controlo, a evolução dos seus custos, não se perspetivando a impossibilidade de continuação da sua operação ou o cumprimento das suas obrigações contratuais ou financeiras.

Num ano de 2020 que tantos, novos e inesperados desafios colocou, cumpre-nos deixar uma palavra de apreço pelo profissionalismo, empenho e dedicação de todos os colaboradores, e de agradecimento pela cooperação e apoio prestados pelo Conselho Fiscal, Revisor Oficial de Contas e demais Entidades que conosco se relacionam.



A Jose Ramon Ballesteros Martinez e a Luis Rua Geraldos que cessaram funções como vogais do Conselho de Administração, um voto de louvor e agradecimento pela forma leal, empenhada e competente com que desempenharam as suas funções, durante dois anos e meio e treze anos e meio, respetivamente.

Finalmente, o nosso reconhecimento aos acionistas por todo o apoio e pela continuada confiança.

Catefica, 25 de fevereiro de 2021

O Conselho de Administração

Manuel Rebelo Teixeira de Melo Ramos
Presidente

Manuel Eduardo Henriques de Andrade Lamego
Vogal

Manuel de Sousa Pereira
Vogal

João Adolfo de Brito Portela
Vogal

José António Labarra Blanco
Vogal

José María Ojeda Ruiz de Luna
Vogal

Manuel António Garcia de Matos
Vogal

Maria Esther Ayuso Gil
Vogal



Demonstrações Financeiras 2020



AUTO-ESTRADAS DO ATLÂNTICO - CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

<u>RENDIMENTOS E GASTOS</u>	<u>Notas</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Vendas e serviços prestados	19	60 062 490	76 514 317
Fornecimentos e serviços externos	20	(10 241 835)	(12 882 214)
Gastos com o pessoal	21	(5 502 397)	(5 518 357)
Imparidade de dívidas a receber	12	(101 357)	(81 424)
Provisões (aumentos / reduções)	15	(425 533)	(4 554 151)
Outros rendimentos e ganhos	23	1 772 621	1 566 164
Outros gastos e perdas	24	(173 464)	(195 532)
Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos		45 390 525	54 848 802
(Gastos) / reversões de depreciações e de amortizações	7 e 8	(21 151 350)	(21 255 006)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		24 239 175	33 593 795
Juros e rendimentos similares obtidos			-
Juros e gastos similares suportados	22	(7 667 070)	(6 670 763)
Resultado antes de impostos		16 572 105	26 923 033
Imposto sobre o rendimento do exercício	9	(4 566 585)	(7 143 301)
Resultado líquido do exercício		12 005 520	19 779 732
Resultado por ação básico	25	1,09	1,80

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



AUTO-ESTRADAS DO ATLÂNTICO - CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DE PORTUGAL, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	7	5 761 995	6 345 067
Ativos intangíveis	8	156 617 353	176 248 788
Investimentos financeiros		1 948	1 036
Ativos por impostos diferidos	9	7 299 699	7 147 958
Total do ativo não corrente		<u>169 680 995</u>	<u>189 742 848</u>
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	12	3 475 905	4 055 612
Estado e outros entes públicos	13	582 582	-
Outros créditos a receber	10	876 923	702 213
Diferimentos	11	595 384	660 436
Caixa e depósitos bancários	4	4 217 383	3 477 444
Total do ativo corrente		<u>9 748 177</u>	<u>8 895 705</u>
Total do activo		<u>179 429 171</u>	<u>198 638 554</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	14	55 000 000	55 000 000
Reserva legal	14	82 302	82 302
Outras reservas		17 408	17 408
Resultados transitados		(27 932 432)	(47 712 164)
Outras variações no capital próprio	14	6 276	7 073
		<u>27 173 553</u>	<u>7 394 619</u>
Resultado líquido do exercício		<u>12 005 520</u>	<u>19 779 732</u>
Total do capital próprio		<u>39 179 073</u>	<u>27 174 351</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	15	26 295 069	24 789 377
Financiamentos obtidos	17	88 717 817	116 894 494
Diferimentos	11	99 994	528 427
Total do passivo não corrente		<u>115 112 880</u>	<u>142 212 298</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Provisões	15	1 980 709	2 256 480
Fornecedores		1 754 725	1 801 583
Estado e outros entes públicos	13	1 742 119	4 961 764
Financiamentos obtidos	17	17 357 916	16 653 999
Outras dívidas a pagar	18	1 760 254	2 980 043
Diferimentos	11	541 495	598 036
Total do passivo corrente		<u>25 137 218</u>	<u>29 251 905</u>
Total do passivo		<u>140 250 098</u>	<u>171 464 203</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>179 429 171</u>	<u>198 638 554</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2020.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



AUTO-ESTRADAS DO ATLÂNTICO - CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		73 885 171	93 261 092
Pagamentos a fornecedores		(13 632 686)	(16 723 683)
Pagamentos ao pessoal		<u>(5 276 009)</u>	<u>(5 272 322)</u>
Fluxos gerados pelas operações		54 976 477	71 265 086
Pagamento de imposto sobre o rendimento		(7 349 640)	(7 962 630)
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		<u>(10 973 560)</u>	<u>(14 074 071)</u>
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>36 653 277</u>	<u>49 228 386</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	-
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		<u>(2 133 383)</u>	<u>(2 615 918)</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>(2 133 383)</u>	<u>(2 615 918)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Suprimentos	17	-	21 290 537
		-	21 290 537
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	17	(17 103 780)	(62 202 632)
Juros e gastos similares		(1 244 772)	(2 666 132)
Comissões de garantias bancárias		(491 903)	(787 271)
Outros encargos financeiros		(389 499)	(404 438)
Suprimentos e respetivos juros	17	<u>(14 550 000)</u>	<u>(30 048 866)</u>
		<u>(33 779 954)</u>	<u>(96 109 340)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(33 779 954)</u>	<u>(74 818 803)</u>
Varição das contas de reserva (4)	4	2 975 020	(23 743 859)
Efeito das diferenças de câmbio			
Varição de caixa e seus equivalentes (5) = (1) + (2) + (3) - (4)		(2 235 080)	(4 462 476)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	3 446 759	7 909 235
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	1 211 679	3 446 759

anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



AUTO-ESTRADAS DO ATLÂNTICO - CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2018		55 000 000	82 302	17 408	(63 790 921)	7 871	16 078 756	7 395 416
Aplicação do resultado de 2018:								
Transferência para resultados transitados	14	-	-	-	16 078 756	-	(16 078 756)	-
Movimentos ocorridos no exercício:								
Reconhecimento de subsídios	14	-	-	-	-	(798)	-	(798)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	19 779 732	19 779 732
Saldo em 31 de dezembro de 2019		55 000 000	82 302	17 408	(47 712 164)	7 073	19 779 732	27 174 351
Aplicação do resultado de 2019:								
Transferência para resultados transitados	14	-	-	-	19 779 732	-	(19 779 732)	-
Movimentos ocorridos no exercício:								
Reconhecimento de subsídios	14	-	-	-	-	(798)	-	(798)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	12 005 520	12 005 520
Saldo em 31 de dezembro de 2020		55 000 000	82 302	17 408	(27 932 432)	6 276	12 005 520	39 179 073

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Anexo às Demonstrações Financeiras

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A. (“Empresa” ou “Concessionária”) com sede em Torres Vedras, foi constituída em 4 de novembro de 1998 e tem como objeto social a conceção, construção, financiamento, exploração e conservação de autoestradas e outras redes viárias, na zona Oeste de Portugal. De acordo com os seus estatutos, a Empresa durará pelo período em que vigorar a concessão que lhe foi atribuída.

Através do Decreto-Lei nº 393-A/98, de 4 de dezembro, foram aprovadas as bases da concessão atribuída à Empresa dos lanços de autoestrada e conjuntos viários associados na zona Oeste de Portugal, tendo em 21 de dezembro de 1998 sido assinado, com o Estado Português, o contrato de concessão. Este prevê que a concessão seja válida pelo período compreendido entre as vinte e quatro horas de 21 de dezembro de 1998 e as vinte e quatro horas de 21 de dezembro de 2028, bem como estabelece as disposições e modalidades de extinção e resgate antecipado da concessão e ainda as garantias que perduram para além do seu termo.

Na data de entrada em vigor da concessão foram transferidos para a Empresa, entre outros, um conjunto de lanços de autoestrada, equipamentos e instalações afetos, bem como pessoal e garantias associadas aos troços já construídos. Pela transferência dos lanços de autoestrada já em funcionamento a Empresa pagou um valor de 88.536.627 Euros (Nota 8).

Em 9 de outubro de 2001 entraram em exploração o lanço de autoestrada A8 – Caldas da Rainha/Marinha Grande (Este) e a totalidade da autoestrada A15 – Caldas da Rainha/Santarém. Em 28 de março de 2002 entrou em exploração o lanço Marinha Grande (Este)/Leiria, ficando assim concluída a construção dos lanços viários incluídos na concessão.

Os poderes de fiscalização do cumprimento das obrigações da Concessionária, emergentes do contrato de concessão, são exercidos pelo Ministério das Finanças nos aspetos de natureza económica e financeira e pelo Ministério da Economia e do Emprego nos demais.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas em vigor à presente data.

O SNC estabelece que, sempre que as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro não deem resposta às necessidades dos utilizadores em termos de tratamento contabilístico de determinadas situações, estes deverão supletivamente recorrer, em primeiro lugar, às IFRS tal como adotadas pela União Europeia e, de seguida, às outras IFRS ainda não adotadas pela União Europeia.

Neste contexto, é entendido como aplicável ao caso das concessões de serviço público em geral, e ao caso da Empresa em particular, a interpretação efetuada pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) relativamente a esta temática e vertida na IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços Públicos (“IFRIC 12”).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

a. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Decorrente da doença COVID-19, por diversas datas, foi decretado o Estado de emergência ou de calamidade pública. A AEA manteve sempre a operabilidade, disponibilidade, qualidade e segurança da sua rede implementando um plano de contingência por forma a poder continuar a cumprir com a sua atividade e inerentes obrigações, juntamente com um controlo apertado da evolução dos seus custos.

A pandemia COVID-19 teve uma repercussão significativa na circulação de bens e pessoas, o que irremediavelmente afetou o tráfego, originando uma redução de 22% do volume de negócios (média anual 2020 por comparação com período homólogo).

Em resultado da avaliação efetuada o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de capacidade para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que consideramos adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras da Empresa. Posição reforçada pelo fato de, desde janeiro de 2020, o capital próprio da Empresa ser superior a metade do capital social, deixando de ser aplicáveis as disposições previstas nos Artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais.

b. Ativos fixos tangíveis reversíveis

Em conformidade com o atual contrato de concessão, os bens diretamente relacionados com a atividade concessionada reverterem, sem qualquer compensação, para o Estado no final dos respetivos contratos de concessão. Estes bens estão sujeitos ao regime de domínio público e estão afetos à atividade, podendo ser administrados livremente nesse âmbito, mas não no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

Os ativos fixos tangíveis reversíveis são originalmente contabilizados pelo respetivo valor de custo de aquisição ou de construção, incluindo os custos indiretos que lhes sejam atribuíveis durante o período de construção.

Os ativos fixos tangíveis reversíveis são depreciados pelo método da linha reta, por duodécimos, ao longo da sua vida útil estimada, como segue, tendo como limite a data de término do contrato de concessão:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 a 28
Equipamento de transporte	4
Equipamento básico	3 a 28
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o valor do montante recebido ou a receber na transação e a quantia líquida de depreciações e perdas por imparidade acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecida em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

c. Ativos fixos tangíveis não reversíveis

Os ativos fixos tangíveis não reversíveis são registados ao custo de aquisição, incluindo despesas imputáveis à compra deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

São depreciados utilizando o método da linha reta ao longo de uma vida útil estimada, tal como para o caso dos ativos fixos tangíveis reversíveis.

d. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que compreendem despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas pelo método da linha reta durante a vida útil estimada dos ativos.

No caso particular do direito associado ao contrato de concessão, cujo custo corresponde aos valores pagos ao concedente, acrescido dos dispêndios suportados diretamente com a construção da infraestrutura, a amortização é efetuada no período que decorre até ao final do contrato de concessão.

e. Perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa mais pequena a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações e depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

f. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas.

g. Subsídios

Os subsídios estatais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor, quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

h. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido em provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

Em particular são constituídas provisões para fazer face à obrigação contratual de manter ou repor a infraestrutura a um nível de serviço especificado, tendo por base os planos de intervenção programados correspondentes às repavimentações.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

i. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem, nomeadamente:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Fornecedores;
- Outras dívidas a pagar;
- Financiamentos obtidos.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade, em cada data do relato, sempre que se observem indícios de que possam estar em imparidade. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

j. Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

No que respeita ao serviço de construção, quando é possível estimar com fiabilidade a correspondente margem, os correspondentes gastos e rendimentos são reconhecidos por referência à percentagem de acabamento do contrato na data de relato. A percentagem de acabamento é determinada de acordo com as fases de realização dos trabalhos efetuados na obra. Quando não é possível estimar com fiabilidade o resultado do contrato de construção, o rédito do contrato é reconhecido até à concorrência dos gastos do contrato incorridos que se espera recuperar. Os gastos do contrato são reconhecidos no exercício em que são incorridos. Quando é provável que os gastos do contrato vão exceder os seus rendimentos, a correspondente perda esperada é reconhecida de imediato como um gasto.

Os juros e outros gastos e rendimentos similares são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados como ativos ou passivos.

k. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa anual de recuperação futura.

l. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, diretamente relacionados com ativos que demorem um período de tempo substancial a estarem concluídos (incluindo ativos fixos tangíveis e intangíveis), são capitalizados fazendo parte integrante do custo do ativo.

m. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas formulados pelo Conselho de Administração na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Imparidades dos ativos não correntes

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas. A identificação dos indicadores de imparidade e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores de transações;

- Vidas úteis de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual a Empresa espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica ou outros, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos em questão;

- Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela Administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de performance no futuro;

- Provisões

As provisões, em particular as relacionadas com a obrigação contratual de manter ou repor a infraestrutura a um nível de serviço específico, têm por base planos de intervenção programados. O momento e o custo das intervenções estimadas incorporam um grau de incerteza. A variação dos pressupostos considerados e a ocorrência de determinados eventos poderá conduzir a ajustamentos significativos ao valor da provisão.

n. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“eventos ajustáveis”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“eventos não ajustáveis”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de Caixa e depósitos bancários inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica era composta por:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	319.035	319.035
Depósitos à ordem	892.644	3.127.724
Caixa e seus equivalentes	1.211.679	3.446.759
Contas de reserva		
Depósitos à ordem	3.005.704	30.685
	3.005.704	30.685
Caixa e depósitos bancários	4.217.383	3.477.444

As contas de reserva resultam dos termos dos contratos de financiamento, que obrigam à manutenção de saldos de depósitos suficientes para fazer face ao próximo vencimento do serviço de dívida (Nota 17) e aos compromissos de investimento. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa, mediante aditamento dos termos contratuais celebrados com as entidades financiadoras, alterou a forma da prestação daquelas garantias, de maneira a permitir que parte daquela responsabilidade fosse prestada mediante a apresentação de garantias bancárias constituídas exclusivamente para esse efeito. Assim, em 31 de dezembro de 2020, esta obrigação fica assegurada por Garantias Bancárias, conforme segue:

- Garantia bancária no valor de 9.500.000 Euros que assegura a reserva do serviço da dívida;
- Garantia bancária no valor de 14.936.800 Euros que assegura a reserva de investimento.

As contas de reserva não concorrem para o saldo de caixa e equivalentes constantes da Demonstração dos fluxos de caixa.

As contas de reserva, apresentam valores em depósitos à ordem, com a seguinte discriminação:

	31/12/2020	31/12/2019
	Dep. Ordem	Dep. Ordem
Reserva do serviço de dívida - BEI	150	6.599
Reserva de investimento	150	174
Distributions	3.004.701	23.208
Outras	704	704
	3.005.705	30.685

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas e estimativas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2019, apresentada para efeitos comparativos, nem foram identificados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS

Identificação de partes relacionadas

O capital está totalmente subscrito e realizado, e é composto por 11.000.000 ações com valor nominal de 5 Euros, detidas da seguinte forma:

Acionistas	Número de ações	% detida
Roadis Concessões de Portugal, S.A.	5.499.999	49,999999%
Roadis Transportation Holdings, S.L.U.	1	0,00001%
Via Oeste, SGPS, S.A.	5.499.998	49,999998%
BGI - Brisa Gestão de Infraestruturas, S.A.	1	0,00001%
Brisa O&M, S.A.	1	0,00001%
	11.000.000	100%

O Conselho de Administração da AEA é composto por 4 elementos nomeados pela Roadis Concessões Portugal, S.A., e 4 elementos nomeados pela Via Oeste, S.A..

Saldos e transações

Em 31 de dezembro de 2020 os saldos e as transações efetuadas durante o exercício findo naquela data com empresas do grupo e relacionadas, são como segue:

EMPRESA	SALDOS				TRANSAÇÕES		
	Fornecedores	Financiamentos obtidos (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)	Outros créditos a receber (Nota 10)	Aquisição de ativos fixos tangíveis	Fornecimentos e serviços externos (Nota 20)	Juros e gastos similares (Nota 22)
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	71.746	-	0	-	-	699.960	-
Brisa Concessão Rodoviária, S.A.	-	-	0	189.971	-	-	-
Brisa - O & M, S.A.	301.274	-	82	-	-	1.468.684	-
AToBe-Mobility Technology, SA	121.928	-	217.410	-	297.706	1.001.331	-
Brisa Engenharia e Gestão, S.A.	-	-	0	-	-	-	-
Brisal, S.A.	-	-	247.141	-	-	-	-
Via Verde Portugal, SA	-67.200	-	120.146	-	-	1.083.046	-
Controlauto, SA	0	-	0	-	-	674	-
Via Oeste, SGPS, S.A.	-	44.358.909	0	-	-	0	2.075.240
Roadis Portugal, S.A.	0	44.358.909	0	-	-	699.960	2.075.240
TOTAL	427.748	88.717.817	584.778	189.971	297.706	4.953.655	4.150.480

Em 31 de dezembro de 2019 os saldos e as transações efetuadas durante o exercício findo naquela data com empresas do grupo e relacionadas, são como segue:

EMPRESA	SALDOS				TRANSAÇÕES		
	Fornecedores	Financiamentos obtidos (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)	Outros créditos a receber (Nota 10)	Aquisição de ativos fixos tangíveis	Fornecimentos e serviços externos (Nota 20)	Juros e gastos similares (Nota 22)
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	71.746	-	-	-	-	699.960	-
Brisa Concessão Rodoviária, S.A.	-	-	-	94.853	-	-	-
Brisa - O & M, S.A.	151.761	-	122.869	-	-	1.472.978	-
AToBe-Mobility Technology, SA	176.382	-	159.322	-	321.860	1.044.509	-
Brisa Engenharia e Gestão, S.A.	0	-	-	-	-	-	-
Brisal, S.A.	-	-	359.220	-	-	-	-
Via Verde Portugal, SA	-80.182	-	140.036	-	-	1.536.959	-
Controlauto, SA	31	-	-	-	-	337	-
Via Oeste, SGPS, S.A.	0	49.558.669	-	-	-	0	719.684
Roadis Portugal, S.A.	0	49.558.669	-	-	-	699.960	719.684
TOTAL	319.738	99.117.337	781.447	94.853	321.860	5.454.703	1.439.368

Remunerações dos órgãos da gestão

As remunerações dos órgãos sociais nos exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019 foram:

	31/12/2020	31/12/2019
Conselho Fiscal	36.400	36.400
Presidente de Mesa da Assembleia Geral	2.000	2.000
	38.400	38.400

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis subdividem-se em reversíveis e não reversíveis, conforme revertam ou não para o Estado no final da Concessão, sem qualquer compensação.

Em conformidade com o atual contrato de concessão, os bens diretamente relacionados com a atividade concessionada reverterem, sem qualquer compensação, para o Estado no final do contrato de concessão (ativos reversíveis). Estes bens estão sujeitos ao regime de domínio público e estão afetos à atividade da Empresa que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis reversíveis, durante os exercícios findos a 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transferências	Saldo Final 31/12/2020
ATIVO FIXO TANGÍVEL REVERSÍVEL					
Ativo bruto					
Edifícios e outras construções	17.392.843	-	-	-	17.392.843
Equipamento básico	24.454.995	100.825	-69.966	322.435	24.808.289
Equipamento de transporte	66.160	-	-	-	66.160
Equipamento administrativo	1.209.718	4.265	-78.931	-	1.135.052
Outros ativos fixos	414.618	7.409	-810	-	421.218
Ativo fixo tangível em curso	455.216	667.108	-	-322.435	799.889
Total bruto	43.993.551	779.607	-149.707	0	44.623.451
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	13.937.956	585.904	0	-	14.523.859
Equipamento básico	22.087.658	776.690	-68.318	-	22.796.030
Equipamento de transporte	66.160	0	0	-	66.160
Equipamento administrativo	1.205.122	3.303	-78.931	-	1.129.493
Outros ativos fixos	381.205	7.389	-810	-	387.785
Total	37.678.100	1.373.286	-148.058	0	38.903.328
ATIVO FIXO TANGÍVEL REVERSÍVEL LÍQUIDO	6.315.451				5.720.123

	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transferências	Saldo Final 31/12/2019
ATIVO FIXO TANGÍVEL REVERSÍVEL					
Ativo bruto					
Edifícios e outras construções	17.392.843	-	-	-	17.392.843
Equipamento básico	24.178.783	276.212	-	-	24.454.995
Equipamento de transporte	66.160	-	-	-	66.160
Equipamento administrativo	1.214.961	3.586	-9.082	254	1.209.718
Outros ativos fixos	408.154	7.399	-934	-	414.618
Ativo fixo tangível em curso	-	455.216	-	-	455.216
Total bruto	43.260.901	742.413	-10.016	254	43.993.551
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	13.316.879	621.076	-	0	13.937.956
Equipamento básico	21.253.630	834.027	-	0	22.087.658
Equipamento de transporte	66.160	0	-	0	66.160
Equipamento administrativo	1.205.837	8.113	-9.082	254	1.205.122
Outros ativos fixos	374.076	8.064	-934	0	381.205
Total	36.216.582	1.471.281	-10.016	254	37.678.100
ATIVO FIXO TANGÍVEL REVERSÍVEL LÍQUIDO	7.044.319				6.315.451

O equipamento básico reversível bruto a 31 de dezembro de 2020 e 2019, era composto dos seguintes itens ao custo de aquisição:

Reversível	2020	2019
Equipamento de sinalização e segurança	9.399.091	9.182.928
Equipamento de telecomunicações	1.766.053	1.768.878
Instalações eléctricas e iluminação	1.032.291	1.027.361
Equipamento de portagem	9.419.337	9.284.312
Equipamento de apoio à exploração	1.313.720	1.313.720
Obras acessórias e outras infraestruturas diversas	1.877.795	1.877.795
	24.808.289	24.454.995

	2020	2019
Reversível Em Curso		
Equipamento de sinalização e segurança	-	10.800
Equipamento de telecomunicações	459.664	253.026
Equipamento de portagem	276.468	93.594
Equipamento de apoio à exploração	-	97.796
Obras acessórias e outras infraestruturas diversas	1.850	-
Out. Activos Fixos tangíveis	61.907	-
	799.889	455.216
Imobilizado Tangível Reversível	25.608.178	24.910.210

Os ativos fixos tangíveis não reversíveis, tiveram durante os anos de 2020 e 2019, o seguinte movimento:

	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transferências	Saldo Final 31/12/2020
ATIVO FIXO TANGÍVEL NÃO REVERSÍVEL					
Ativo bruto					
Equipamento administrativo	1.182.440	24.814	-1.536	-	1.205.718
Outros ativos fixos	65.478	-	-	-	65.478
Ativo fixo tangível em curso	-	-	-	-	0
Total	1.247.918	24.814	-1.536	-	1.271.196
Depreciações acumuladas					
Equipamento administrativo	1.152.823	12.559	-1.536	-	1.163.847
Outros ativos fixos	65.478	-	-	-	65.478
Total	1.218.301	12.559	-1.536	-	1.229.325
ATIVO FIXO TANGÍVEL NÃO REVERSÍVEL LÍQUIDO	29.617				41.872
ATIVO FIXO TANGÍVEL NÃO REVERSÍVEL					
Ativo bruto					
Equipamento administrativo	1.176.194	11.450	-4.950	-254	1.182.440
Outros ativos fixos	65.478	-	-	-	65.478
Ativo fixo tangível em curso	-	-	-	-	-
Total	1.241.672	11.450	-4.950	-254	1.247.918
Depreciações acumuladas					
Equipamento administrativo	1.145.875	12.152	-4.950	-254	1.152.823
Outros ativos fixos	65.478	-	-	-	65.478
Total	1.211.353	12.152	-4.950	-254	1.218.301
ATIVO FIXO TANGÍVEL NÃO REVERSÍVEL LÍQUIDO	30.319				29.617

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos intangíveis tiveram o seguinte movimento:

	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transferências	Saldo Final 31/12/2020
ATIVO INTANGÍVEL					
Ativo bruto					
Software informático	640.477	-	-	-	640.477
Direito contratual	529.319.826	26.720	-14.097	-	529.332.450
Activo intangível em curso	14.670	113.964	-	-	128.634
Total bruto	529.974.973	140.684	-14.097	-	530.101.560
Amortizações acumuladas					
Software informático	640.477	-	-	-	640.477
Direito contratual	353.085.709	19.765.505	-7.483	-	372.843.731
Total	353.726.185	19.765.505	-7.483	-	373.484.207
ATIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO	176.248.788				156.617.353

	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transferências	Saldo Final 31/12/2019
ATIVO INTANGÍVEL					
Ativo bruto					
Software informático	640.477	-	-	-	640.477
Direito contratual	529.326.032	-	-6.206	-	529.319.826
Activo intangível em curso	-	14.670	-	-	14.670
Total bruto	529.966.509	14.670	-6.206	-	529.974.973
Amortizações acumuladas					
Software informático	634.810	5.667	-	-	640.477
Direito contratual	333.322.866	19.765.907	-3.065	-	353.085.709
Total	333.957.676	19.771.574	-3.065	-	353.726.185
ATIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO	196.008.833				176.248.788

Como referido na Nota Introdutória, com a entrada em vigor da concessão foram transferidos para a Empresa um conjunto de lanços de autoestrada, equipamentos e instalações afetos aos troços já construídos aos quais foi atribuído um valor de 88.536.627 Euros, e que passaram a ser designados de Infraestrutura inicial, fazendo parte do direito contratual.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor bruto dos ativos intangíveis correspondente ao direito contratual apresentava o seguinte detalhe:

Intangível	2020	2019
Infraestrutura inicial (Nota 1)	88.536.627	88.536.627
Pavimentos e equipamentos conexos	236.484.812	236.484.812
Obras de arte e equiparadas	171.463.504	171.436.784
Equipamento de telecomunicações	3.853.765	3.853.765
Instalações eléctricas e iluminação	3.243.794	3.243.794
Obras acessórias e outras infraestruturas diversas	15.117.721	15.117.721
Equipamento de sinalização	10.632.226	10.646.323
	529.332.450	529.319.826
Intangível Em Curso	2020	2019
Alarg Ramo A8/A21 S/N	22.005	14.670
Inst. eletricas e iluminação	106.629	0
	128.634	14.670
Imobilizado intangível	529.461.083	529.334.496

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 21%. O referido imposto pode ser incrementado pela Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável.

Para o exercício de 2020, a taxa nominal de imposto poderia variar entre 22,5% e 31,5%, dependendo do valor de lucro tributável (“LT”) apurado, o qual será tributado às seguintes taxas:

Taxas de IRC	21%
Derrama municipal	1,50%
Derrama estadual	
LT mais de 1.500.000 até 7.500.000	3%
LT mais de 7.500.000 até 35.000.000	5%
LT superior a 35.000.000	9%

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis (“PFR”) era de cinco períodos de tributação, tendo passado para 7 anos decorrente do Orçamento de Estado suplementar de 2020, sendo que em 2020 o prazo é de 12 anos. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa não tem prejuízos fiscais reportáveis.

A partir de 1 de janeiro de 2014 a dedução do PFR passa a estar limitada a 70% do lucro tributável independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

Impostos diferidos

O imposto sobre o rendimento contabilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontra-se ajustado pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos.

São apenas reconhecidos ativos por impostos diferidos, quando exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro.

O detalhe dos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, dizem respeito à provisão para obras de repavimentação, cujos movimentos foram:

Ativos por impostos diferidos	2020	2019
Provisão para obras de repavimentação	7.299.699	7.147.958

<u>Reconciliação da taxa de imposto:</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado antes de impostos	16.572.105	26.923.033
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado	3.480.142	5.653.837
Diferenças temporárias		
Provisão para obras de repavimentação (i)	1.229.921	3.664.921
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
	258.283	769.633
Diferenças permanentes:		
Quotizações	-17.698	-17.410
Outras situações	-332	-175
	-18.030	-17.585
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
	-3.786	-3.693
Ajustamentos à coleta (ii)	22.727	25.545
Derrama Municipal	266.760	458.556
Derrama Estadual	694.200	1.333.518
Imposto do exercício	4.718.326	8.237.396
Imposto corrente (Nota 13)	4.718.326	8.237.396
Imposto diferido	-151.741	-1.094.095
	4.566.585	7.143.301

(i) Este montante inclui os reforços, reversões e utilizações da rubrica de provisões (Nota 15).

(ii) Este montante corresponde à parcela de IRC que resulta da tributação autónoma das despesas com viaturas ligeiras de passageiros

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2020 e 2019, era a seguinte:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	8.510	6.550
Devedores por acréscimo de rendimentos (i)	590.106	433.697
Débitos diversos	-	5.368
Exploração conjunta (ii):		
Brisa - Concessão Rodoviária, S.A.	189.971	94.853
Ascendi Grande Lisboa, S.A.	40.176	55.140
IP- Infraestruturas de Portugal, S.A.	48.161	106.606
	876.923	702.213

(i) Correspondem, essencialmente, a rendas das áreas de serviço, ainda não faturados

(ii) Correspondem a receitas da Empresa cobradas por outras concessionárias.

A rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, saldos com partes relacionadas nos montantes de 189.971 Euros e 94.853 Euros, respetivamente (Nota 6).

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os diferimentos ativos tinham a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Seguros	319.963	338.168
Outros gastos a reconhecer	168.061	108.289
Custos com Garantias bancárias (i)	107.360	213.979
	595.384	660.436

(i) Corresponde ao custo com as garantias bancárias em substituição das contas de reserva (nota4).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os diferimentos passivos correntes e não correntes referem-se, essencialmente, a rendas das Áreas de serviço, recebidas antecipadamente.

12. CLIENTES

As principais rubricas de clientes, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, eram relativas a:

	31/12/2020	31/12/2019
Portagens	5.564.310	5.975.949
Assistência a utentes	64.978	63.167
Áreas de serviço	43.918	72.897
Diversos	-39.968	-425
	5.633.238	6.111.588
Imparidades	-2.157.333	-2.055.975
	3.475.905	4.055.612

As perdas por imparidades apresentavam os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	2.055.975	1.974.551
Reversão	-	-
Utilização	-	-
Reforço	101.357	81.424
Saldo final	2.157.333	2.055.975

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos devedores		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	582.582	-
Saldos credores		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	-	2.482.488
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	59.278	61.954
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.585.000	2.316.671
Contribuições para a Segurança Social	97.841	100.651
	1.742.119	4.961.764

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o saldo do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas compõe-se como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Pagamento especial por conta	-	-
Pagamento por conta	3.659.072	4.420.806
Pagamento adicional por conta	1.188.174	847.656
Retenções na fonte	453.662	486.446
Estimativa de imposto do exercício de 2020 (Nota 9)	-4.718.326	-8.237.396
	582.582	-2.482.488

14. CAPITAL E RESERVAS

A Empresa, face às características da atividade de concessão de autoestradas, apresentou um período de resultados líquidos negativos, tal como previsto no plano de negócios aprovado. Por esta razão, até 31 de dezembro de 2019, e apesar dos resultados líquidos positivos obtidos nos últimos exercícios, os capitais próprios mantiveram-se inferiores a 50% do capital social. Em janeiro de 2020 houve a reversão desta situação, deixando a Empresa de ficar abrangida pelas disposições do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Capital realizado: Em 31 de dezembro de 2020, o capital da Empresa estava totalmente subscrito e realizado, e era composto por 11.000.000 de ações com o valor nominal de 5 Euros cada.

Em dezembro 2019 a estrutura acionista da empresa foi alterada. Os acionistas da empresa são cinco, nomeadamente, Roadis Concessões Portugal, S.A., Roadis Transportation holdings, S.L.U., Via Oeste, SGPS, S.A., BGI, S.A. e Brisa O&M, S.A..

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do lucro tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados de 2018: Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 11 de abril de 2019 foi deliberada a transferência do resultado líquido do exercício de 2018 para resultados transitados.

Aplicação de resultados de 2019: Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 26 de março de 2020 foi deliberada a transferência do resultado líquido do exercício de 2019 para resultados transitados.

Outras variações do capital próprio: A rubrica de outras variações do capital próprio é composta pelos subsídios do governo que, de acordo com o normativo contabilístico em vigor, são inicialmente reconhecidos em capital próprio.

15. PROVISÕES

A provisão registada reflete a obrigação contratual da Empresa de manter e repor a infraestrutura a um nível de serviço especificado nos termos do Contrato de Concessão, nomeadamente através da realização de obras de repavimentação.

Esta provisão é constituída ao longo do período que medeia entre a ocorrência das referidas intervenções, por contrapartida de um gasto operacional, com base no valor presente do gasto estimado a incorrer em cada momento.

O movimento das provisões, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi como segue:

	31-12-2020		
	Corrente	Não corrente	Total
Saldo inicial	2.256.480	24.789.377	27.045.858
Transferencias	1.570.195	-1.570.195	0
Utilização	-446.778	0	-446.778
Reversões	-1.848.005	-1.510.484	-3.358.488
Aumentos	448.816	4.586.371	5.035.187
	1.980.709	26.295.069	28.275.779

	31/12/2019		
	Corrente	Não corrente	Total
Saldo inicial	2.121.283	21.259.653	23.380.936
Transferencias	3.499.444	-3.499.444	0
Utilização	-2.134.177	0	-2.134.177
Reversões	-2.691.506	-425.538	-3.117.045
Aumentos	1.461.437	7.454.705	8.916.143
	2.256.480	24.789.377	27.045.858

De referir que no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram revistas as projeções de investimentos relativos às referidas intervenções, tendo em conta o âmbito da intervenção e a data em que as mesmas serão realizadas atendendo às condições das vias, sendo este plano suportado pelo entendimento dos consultores técnicos da Empresa.

A provisão é sujeita a atualização financeira em cada data de relato financeiro, por contrapartida de um gasto financeiro, sendo a taxa de atualização correspondente à taxa de financiamento contratada.

De realçar que o reforço da provisão tem duas componentes, correspondentes à dotação de cada período e à atualização financeira da provisão constituída:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Dotação do período	3.784.020	7.671.197
Atualização financeira (Nota 22)	1.251.166	1.244.946
	<u>5.035.187</u>	<u>8.916.143</u>

A 31 de dezembro de 2020, a Empresa está envolvida em diversos processos judiciais ascendendo os valores das respetivas ações a, aproximadamente, 8.484.446 Euros, valor que inclui um processo em que AEA é demandada apenas subsidiariamente e onde se pretende a condenação da Infraestruturas de Portugal num montante mínimo de 3.542.000 Euros. Atendendo (i) aos pedidos de indemnização em que se consubstanciam aquelas ações, (ii) à cobertura assegurada pelas seguradoras nalguns casos e (iii) à responsabilidade primária de terceiros noutros casos, e portanto subsidiária da AEA, a responsabilidade máxima de AEA ascende a, aproximadamente, 150.000 Euros. É entendimento do Conselho de Administração que das mesmas não resultarão para a Empresa quaisquer responsabilidades que não estejam devidamente refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

16. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi atualizada a garantia bancária a favor do Estado português para o montante de 5.541.511 Euros e 5.529.078 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, relativamente ao empréstimo obtido junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), foi atualizada a garantia bancária para o montante de 17.777.157 Euros e 34.880.937 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa solicitou a emissão de duas garantias bancárias para assegurar a conta de reserva do serviço da dívida e de investimento, nos montantes de 9.500.000 Euros e 14.936.800 Euros, respetivamente, que têm como beneficiário a Caixa Geral de Depósitos.

17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição dos financiamentos obtidos era a seguinte:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos						
Capital						
BEI (i)	17.357.916	0	17.357.916	16.653.999	17.777.157	34.431.156
	17.357.916	0	17.357.916	16.653.999	17.777.157	34.431.156
Suprimentos (ii)						
Capital	0	84.567.337	84.567.337	0	90.404.099	90.404.099
Juros	0	4.150.480	4.150.480	0	8.713.239	8.713.239
	0	88.717.817	88.717.817	0	99.117.337	99.117.337
TOTAL	17.357.916	88.717.817	106.075.733	16.653.999	116.894.494	133.548.494

Plano de pagamentos do BEI:

Corrente:

Encargos	-419.241
1º semestre 2021	8.801.788
2º semestre 2021	8.975.369
	17.357.916

- i. O empréstimo obtido junto do Banco Europeu de Investimento (EIB – *Facility Agreement*) é composto por três tranches, que vencem juros às taxas anuais de 4,94%, 5,07% e 0,881% respetivamente.
- ii. Em setembro de 2020 foram amortizados 4.450.000 Euros de juros de suprimentos e em dezembro de 2020 foram amortizados 10.100.000 Euros, em que 4.263.239 Euros são juros de suprimentos e 5.836.761 Euros são suprimentos, com os suprimentos a serem distribuídos em partes iguais por cada um dos acionistas.

O capital em dívida de suprimentos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 ascendia a 84.567.337 Euros e 90.404.099 Euros, ao qual acrescem 4.150.480 Euros e 8.713.239 Euros respetivamente, correspondentes a juros à taxa Euribor a 12 meses, acrescida de 4,5% (Nota 6).

É expectativa da Empresa que o reembolso destes montantes ocorra a médio e longo prazo.

Face ao exigido por alguns contratos de financiamento a Empresa assegura às entidades financiadoras, pelo conjunto dos depósitos das contas de reserva e garantias bancárias, o cumprimento do próximo vencimento do serviço da dívida e dos compromissos de investimento (Nota 4).

A Empresa, em 31 de dezembro de 2020, encontra-se em cumprimento de todos os *covenants* associados aos contratos de financiamento.

18. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as outras dívidas a pagar tinham a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	658.464	672.026
Fornecedores de investimento	436.043	909.030
Credores por acréscimo de gastos		
Custos financeiros	43.571	58.414
Custos administrativos	35.527	48.487
Custos técnicos	321.835	889.224
Outros acréscimos de custos	16.784	43.640
	417.716	1.039.765
Exploração conjunta -Brisal-Auto-estradas do Litoral, S.A.	247.141	359.220
Outros credores	890	0
	1.760.254	2.980.043

As rubricas de outras dívidas a pagar incluem saldos com empresas do grupo e relacionadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019, no montante de 584.778 Euros e 781.447 Euros, respetivamente (Nota 6).

19. RÉDITO

As vendas e serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, tiveram a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Portagens	57.814.351	74.282.901
Assistência a utentes	5.464	7.697
Áreas de serviço	2.319.982	2.373.364
Descontos e abatimentos	-77.307	-149.645
	60.062.490	76.514.317

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos Fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, era o seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Subcontratos	4.739.416	5.497.159
Serviços especializados	4.056.483	5.893.820
Materiais	61.647	47.515
Energias e fluídos	407.221	482.014
Deslocações e estadas	5.382	13.987
Serviços diversos	971.686	947.720
	10.241.835	12.882.214

A rubrica de fornecimentos e serviços externos inclui transações com empresas do grupo e relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, no montante de 4.953.655 Euros e 5.454.703 Euros, respetivamente (Nota 6).

21. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de Gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, era detalhada como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração dos órgãos sociais (Nota 6)	38.400	38.400
Remuneração do pessoal	4.135.317	4.187.298
Indemnizações	217.400	196.300
Encargos sobre remunerações	918.873	930.401
Seguro acidentes de trabalho	40.921	41.283
Gastos de ação social	137.604	101.948
Outros gastos com o pessoal	13.881	22.728
	5.502.397	5.518.357

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o número médio de pessoas ao serviço da Empresa foi de 153 e 157, respetivamente.

22. JUROS E GASTOS SIMILARES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os juros e gastos similares suportados detalham-se como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Juros suportados		
Juros de empréstimos	1.187.194	2.855.021
Juros de suprimentos	4.150.480	1.439.368
Outros juros	73	59
	5.337.747	4.294.448
Atualização financeira - provisão IFRIC 12 (Nota 15)	1.251.166	1.244.946
Gastos financeiros com empréstimos	1.078.156	1.131.368
Outros gastos financeiros	0	0
	7.667.070	6.670.763

A rubrica de juros e gastos similares suportados inclui transações com empresas do grupo e relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, no montante de 4.150.480 Euros e 1.439.368 Euros, respetivamente (Nota 6).

23. OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Outros rendimentos decompunha-se do seguinte modo:

	31/12/2020	31/12/2019
Portagens suplementares (multas, taxas máximas)	680.276	820.063
Indemnizações de acidentes	485.831	534.624
Indemnizações de Seguro Obras	497.241	110.371
Outros rendimentos e ganhos	109.273	101.106
	1.772.621	1.566.164

24. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Outros gastos decompunha-se do seguinte modo:

	31/12/2020	31/12/2019
Taxas e impostos indirectos	8.133	987
Tarifas da SIEV	107.014	130.266
Quotizações	35.060	34.260
Indemnizações de acidentes	18.703	28.232
Outros	4.553	1.787
	173.464	195.532

25. RESULTADO POR AÇÃO

O Resultado por ação básico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi determinado conforme segue:

	31-12-2020	31-12-2019
Resultado líquido do período	12.005.520	19.779.732
Número de ações em circulação	11.000.000	11.000.000
Resultado por ação básico	1,09	1,80

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiram quaisquer efeitos diluidores, pelo que o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.



26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram outros eventos materialmente relevantes que afetem a situação patrimonial e o equilíbrio financeiro da Empresa, e que, conseqüentemente, devam ser objeto de referência, ou que pela sua relevância devam ser objeto de divulgação.

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 38531

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO